

Constituinte — o “menos” ou o “mais”?

que P-28 8001097 7* JOSÉ CARLOS JACINTHO DE CAMPOS 4 AGO 1988 FOLHA DE SÃO PAULO

O desenvolvimento econômico e social de uma nação requer muito trabalho, parcimônia pública e privada, ânimo e perseverança, conduta ética nivelada por cima de líderes e liderados e um confronto “capital versus trabalho” maduro e objetivo.

No Brasil de hoje, todavia, a trilha que é seguida tem todo o jeito de não levar a lugar nenhum. A análise criteriosa e profunda, que se deve exercer sobre a colcha de retalhos que representa a soma dos mais graves problemas a atormentarem o cidadão brasileiro, tem cedido, não raro, a vez para o imediatismo, a participação, o oportunismo e a demagogia.

Há, é claro, (e são muitos) os que agem movidos pela melhor das intenções, mas suas decisões nem sempre se apoiam em fundamentos sólidos e bem sedimentados, gerando distorções econômicas e sociais, altamente negativas, com a implementação de leis equivocadamente estruturadas.

Ninguém é dono absoluto da verdade. Entretanto, a história é um exemplário de que as intervenções constantes na

vida econômica dos países atravancam o progresso, minam o dinamismo e postergam a tão desejada “sociedade do bem-estar”. Todos os países que vêm caminhando por uma senda liberal têm apresentado um desempenho muito mais brilhante do que aqueles que, tolhidos pela camisa-de-força autoritária —de esquerda ou de direita— ou pela distribuição paternalista de benesses —o declínio ao longo das últimas décadas da posição outrora privilegiada do Uruguai e da Inglaterra, por exemplo—, mostram grandes dificuldades para realizar o seu potencial econômico.

Por outro lado, não há como omitir a questão social na abordagem do tema “desenvolvimento”. Mais uma vez, porém, cabe ao analista imparcial identificar os problemas, estudar as repercussões, definir os objetivos e pesquisar as soluções que melhor atendam às aspirações da sociedade.

Ora, a sociedade quer trabalho, alimentação, vestuário, moradia, enfim todo um perfil produtivo e de

usufruto que não se consegue com emissão de moeda, com elevação da carga tributária ou com aumento de encargos sociais sobre o salário.

Trata-se de todo um contexto econômico, complexo e intrincado, no qual as forças econômicas interagem em busca cada qual de um melhor posicionamento, confluindo, sem dúvida, para uma situação de maior justiça econômica e social, se o aparato legal resguardar os direitos das partes e possibilitar aos agentes econômicos —empregados, empresários, governantes— uma atuação racional, humana e responsável.

Uma atuação desprovida de racionalidade e responsabilidade certamente se caracterizará por elevada dose de falta de humanidade, dada a potencialidade de situações críticas prontas a explodir em forma de mais desemprego, mais pobreza e maior instabilidade social —avanço da criminalidade, desestruturação da vida familiar, a opção pelos vícios.

Maior inflação, maior carga tributária, mais encargos sociais, tudo acaba contribuindo para menos poupança,

menos investimento, menos produção, menos emprego, menos consumo, menos exportação, menos salário.

É muito “menos” para a cabeça do brasileiro. Ou seja, um espectro totalmente negativo que é indispensável reverter. Reverter positivamente, para mais poupança, mais investimento, mais emprego, mais salário, mais entusiasmo, mais criatividade, mais fé na capacidade do homem brasileiro.

A sorte está lançada.

Ao constituinte, depositário das maiores esperanças de uma nação próspera e moderna, justa e humana, cabe a decisão. A decisão entre o “menos” e o “mais”. Se cada um de nós puder contribuir para acelerar a destinação do país rumo ao desenvolvimento harmônico, todo esforço será válido. O momento é este. A nós, cidadãos conscientes, cabe lutar mais por aquilo em que acreditamos.

JOSÉ CARLOS JACINTHO DE CAMPOS, 44, é presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC) e diretor de Operações e Serviços do Banco Buzano Simonsen.